

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.547.170 - SP (2019/0212690-7)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
AGRAVANTE : LOJAS AMERICANAS S.A  
ADVOGADO : JOSÉ PAULO DE CASTRO EMSENHUBER - SP072400  
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADOR : MARISA MIDORI ISHII - SP170080  
PROCURADORA : MARCIA APARECIDA DE ANDRADE FREIXO -  
SP120421

**DECISÃO**

*PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MULTA. CARÁTER CONFISCATÓRIO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF (RE 640.452/RO E RE 882.461). RETORNO DOS AUTOS, SOBRESTANDO-OS NO TRIBUNAL DE ORIGEM PARA OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ART. 1.040 DO CÓDIGO FUX).*

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento ao Recurso Especial do LOJAS AMERICANAS S.A., com fundamento no art. 105, III, alíneas *a* e *c* da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUTÁRIO. AIIM.*

*Creditamento indevido de ICMS. Prescrição.*

*Inocorrência. AIIM que tem por objeto o valor do creditamento indevido que foi apurado e constituído, no prazo legal, o crédito tributário. Alegação de nulidade de julgamento pelo TIT, por conter advogado militantes em seu Colegiado afastada. Os os causídicos estão impedidos de advogar no referido órgão, apenas. Multa de 50% sobre o valor do débito. Caráter punitivo.*

*Inexistência de efeito confiscatório. Legalidade e constitucionalidade da incidência dos juros de mora sobre o débito principal e a multa aplicada. Lei Estadual nº 13.918/2009, que deve ser aplicada em interpretação conforme a Constituição, sem que os juros e a correção monetária incidentes sobre o débito ultrapassem a taxa SELIC. Precedente do E. Órgão Especial desta Corte.*

*Sentença que julgou procedente o a ação em parte para determinar o cálculo dos juros com base na SELIC e reduzir a multa de 50% para 30%. Reforma apenas para manter a multa no percentual imposto no AIIM (50%) Recurso voluntário da Fazenda e reexame necessário providos em parte, não provido o apelo da autora (fls. 360).*

2. O Embargos de Declaração opostos foram acolhidos, com efeitos infringentes, nos termos da seguinte ementa:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Contradição, omissão ou obscuridade. Constatação. Argumentação que partiu de premissa equivocada diante da arguição pela administrada de processo alheio à relação jurídica processual em discussão e referente a exercícios fiscais anteriores como fundamento para o creditamento de ICMS declarado indevido pelo fisco.*

*Equívoco no concernente à fixação da multa punitiva em 50% do valor da exação, quando, em verdade, a fixação da sanção em 100% não configura confisco.*

*Embargos acolhidos para sanar integrar o acórdão, com efeitos infringentes para dar integral provimento ao recurso da Fazenda no concernente à multa e manter o não provimento do apelo da embargada.*

*Embargo de declaração acolhidos, com efeitos infringentes (fls. 477).*

3. Verifica-se que, nos autos, há discussão de tema objeto de repercussão geral perante o STF (RE 640.452/RO e RE 882.461).

4. Com efeito, embora a existência de repercussão geral pela Corte Suprema não imponha o sobrestamento do Recurso Especial em matéria idêntica, inexistente óbice a que esta Corte determine a devolução dos autos à origem para a observância do art. 1.040 do Código Fux.

5. Assim, encontrando-se a matéria com repercussão geral reconhecida, por medida de economia processual e para evitar decisões dissonantes entre a Corte Suprema e esta Corte Superior, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução no recurso extraordinário afetado (AgInt no REsp. 1.366.363/ES, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 23.8.2017). Confira-se, ainda:

*AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. RECONHECIMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL QUANTO AO TEMA VERSADO NO APELO ESPECIAL. SOBRESTAMENTO DESTA ÚLTIMO COM DEVOLUÇÃO À CORTE DE ORIGEM PARA*

# *Superior Tribunal de Justiça*

EVENTUAL E OPORTUNO JUÍZO DE CONFORMAÇÃO.  
POSSIBILIDADE.

1. *Podendo a ulterior decisão do STF, em repercussão geral já reconhecida, afetar o julgamento da matéria veiculada no recurso especial, faz-se conveniente que o STJ, em homenagem aos princípios processuais da economia e da efetividade, determine o sobrestamento do especial e devolva os autos ao Tribunal de origem para que ali, em se fazendo necessário, seja oportunamente realizado o ajuste do acórdão local ao que vier a ser decidido na Excelsa Corte.*

2. *A parte agravante não logrou demonstrar, no caso concreto, a ausência de similitude entre o tema trazido em seu especial e o tema pendente de julgamento no STF com repercussão geral, pelo que se impõe a manutenção do sobrestamento ora combatido.*

3. *Agravo interno a que se nega provimento* (AgInt nos EDcl no REsp. 1.589.873/CE, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 22.8.2017).

6. Em face do exposto, determina-se a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após a publicação dos acórdãos dos Recursos Extraordinários citados, a Corte de origem proceda a novo juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1.040 do Código Fux.

7. Publique-se.

8. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR